



**Gustavo Henrique Cepolini Ferreira**  
**(Organizador)**

# **Debates Geográficos da Realidade Brasileira**

**Atena**  
Editora  
Ano 2020



**Gustavo Henrique Cepolini Ferreira**  
**(Organizador)**

# **Debates Geográficos da Realidade Brasileira**

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editores:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Geraldo Alves

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Prof<sup>a</sup> Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
D286	<p>Debates geográficos da realidade brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-65-5706-017-9 DOI 10.22533/at.ed.179200405</p> <p>1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.</p> <p style="text-align: right;">CDD 910.03</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “Debates Geográficos da Realidade Brasileira”, cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de vinte e um capítulos a partir de análises, ensaios, relatos e pesquisas de professores e pesquisadores oriundos de diferentes instituições.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento público na área de Geografia, entre outras áreas afins para debater a função social da ciência geográfica, bem como das Ciências Humanas no cotidiano de um país marcado por inúmeras contradições e desigualdades sob a égide de práticas que violam a nossa jovem democracia.

A Coletânea está organizada a partir de alguns eixos temáticos, quais sejam: Ensino de Geografia, Geografia Agrária, Geografia Urbana e Econômica, Cartografia e Geoecologia, Geografia Cultural e Política e Geografia Regional. Tal diversidade revela a necessidade da Geografia para compreensão, e, sobretudo, transformação da realidade brasileira e suas conexões com o mundo globalizado. Nesse devir, urge refletir e construir teorias que possam desvendar nosso futuro comum.

Assim, os capítulos 1, 2 e 3 versam sobre as possibilidades do Ensino de Geografia, enfatizando respectivamente a Cartografia Tátil, o Trabalho de campo e propostas inclusivas, bem como os desafios do estágio supervisionado na formação do professor de Geografia.

No segundo eixo sobre Geografia Agrária, os capítulos 4, 5 e 6 tratam dos desafios da construção de um Atlas da Questão Agrária Norte Mineira, a formação territorial da Campanha Gaúcha e a Indústria de beneficiamento de arroz no interior do estado de São Paulo.

O terceiro e maior eixo temático da Coletânea, versa os desafios urbanos e econômicos na contemporaneidade, cujas análises estão presentes nos capítulos 7 a 15 a partir dos seguintes subtemas: reestruturação produtiva no Recôncavo baiano, vulnerabilidade e renda familiar na região imediata de Ituiutaba - MG, consumo, comércio e novos empreendimentos em Timon – MA, gestão territorial urbana em Belo Horizonte – MG, subúrbios de Recife-PE, renovação urbana em Paulista-PE, planejamento urbano e participação popular em Teresina-PI, empresas de publicidade e rede urbana no Brasil e a produção territorial-urbana em Oiapoque-AP.

O Capítulo 16 apresenta uma importante e atual análise sobre a Cartografia do feminicídio em Belém-PA, cujos dados versam sobre o período de 2011 a 2018. Já os capítulos 17 e 18 apresentam as Unidades Ambientais em Santa Maria – RS a

partir de uma revisão da sustentabilidade ambiental e urbana e as estratégias para Educação Ambiental em área de risco na Zona Norte de Recife-PE.

Na sequência o capítulo 19 apresenta uma análise sobre o conflito Sírio em consonância com formação territorial e os desafios políticos e o sectarismo religioso. Enquanto o capítulo 20 apresenta um breve relato sobre o divino, o sagrado e o profano e a relação com os rituais africanos nos países do Mercosul. Por fim, no capítulo 21 discute-se o conceito o nordeste brasileiro a partir de um profícuo diálogo com as teorias de Gilberto Freyre.

Esperamos que as análises e contribuições publicadas nessa Coletânea propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão da Geografia em sintonia com a sua função e responsabilidade socioambiental e territorial para construirmos alternativas para transformar a realidade a partir de uma Geografia socialmente engajada.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
ENSINO DE GEOGRAFIA PARA DEFICIENTES VISUAIS: CONFEÇÃO DE MAPAS TÁTEIS COM MATERIAIS ACESSÍVEIS E DE BAIXO CUSTO	
Laís Caroline Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1792004051</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
CONSTRUÇÃO DOS CONHECIMENTOS GEOGRÁFICOS PERMEADO POR TEMÁTICAS INTERDISCIPLINARES E POR PRÁTICAS INCLUSIVAS DE TRABALHO DE CAMPO	
Maria Solange Melo de Sousa Juanice Pereira Santos Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1792004052</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA	
Severino Alves Coutinho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1792004053</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
A CONSTRUÇÃO DO ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NORTE MINEIRA E OS DESAFIOS E DISPUTAS TERRITORIAIS	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira Anderson Willians Bertholi Bruna França Oliveira Tayne Pereira da Cruz Walcricio Martins Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1792004054</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>50</b>
TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO NOS RINCÕES DO BRASIL MERIDIONAL: DA COLONIALIDADE E SUBALTERNIDADE, ÀS R-EXISTÊNCIAS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA CAMPANHA GAÚCHA	
Anderson Luiz Machado dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1792004055</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>61</b>
“INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ EM SANTA CRUZ DO RIO PARDO E SUAS RELAÇÕES ESPACIAIS”	
Reinaldo Luiz Selani	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1792004056</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>72</b>
DINÂMICA TERRITORIAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO RECÔNCAVO BAIANO	
Alessandra Oliveira Teles Wodis Kleber Oliveira Araujo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1792004057</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 87**

RENDA FAMILIAR NA REGIÃO IMEDIATA DE ITUIUTABA: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIAL

Márcia de Souza Oliveira Paes Leme Alberto

Nélio Paulo Sartini Dutra Júnior

Léia Adriana da Silva Santiago

Lílian Gobbi Dutra Medeiros

**DOI 10.22533/at.ed.1792004058**

**CAPÍTULO 9 ..... 108**

SHOPPING CENTER NA AVENIDA PIAUÍ: CONSUMO, COMÉRCIO E NOVOS EMPREENDIMENTOS EM TIMON (MA)

Amanda Maria Pires De Brito

Antônio Cardoso Façanha

**DOI 10.22533/at.ed.1792004059**

**CAPÍTULO 10 ..... 120**

DEMOCRACIA ELETRÔNICA E GESTÃO TERRITORIAL URBANA EM BELO HORIZONTE-MG

Vandeir Robson da Silva Matias

Matusalém de Brito Duarte

**DOI 10.22533/at.ed.17920040510**

**CAPÍTULO 11 ..... 137**

DOS ENGENHOS, SÍTIOS E ARRABALDES AO SUDOESTE DO RECIFE CONTEMPORÂNEO

Gabriel Augusto Coêlho de Santana

Rodrigo Dutra-Gomes

**DOI 10.22533/at.ed.17920040511**

**CAPÍTULO 12 ..... 152**

O PROCESSO DE RENOVAÇÃO URBANA NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE PAULISTA/PE

Everton Barbosa da Luz

Rodrigo Dutra-Gomes

**DOI 10.22533/at.ed.17920040512**

**CAPÍTULO 13 ..... 168**

NOTAS SOBRE O MODELO DE PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE TERESINA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Gilson Barbosa de Sousa

Aline de Araújo Lima

**DOI 10.22533/at.ed.17920040513**

**CAPÍTULO 14 ..... 179**

ESTRATÉGIA E CORRELAÇÕES ENTRE AS EMPRESAS DE PUBLICIDADE E A REDE URBANA BRASILEIRA

Ronaldo Cerqueira Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.17920040514**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>189</b>
REALIDADES FRONTEIRIÇAS: REFLEXOS NA PRODUÇÃO TERRITORIAL-URBANA EM OIAPOQUE – AMAPÁ	
Edenilson Dutra de Moura	
<b>DOI 10.22533/at.ed.17920040515</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>209</b>
CARTOGRAFIA DO FEMINICÍDIO EM BELÉM-PA: UMA ANÁLISE DOS CASOS REGISTRADOS ENTRE 2011 A 2018	
Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa	
Clarina de Cássia da Silva Cavalcante	
Roberto Magno Reis Netto	
Robson Patrick Brito do Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.17920040516</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>219</b>
UNIDADES AMBIENTAIS PARA SANTA MARIA/RS	
Priscila Terra Quesada	
José Manuel Mateo Rodriguez	
<b>DOI 10.22533/at.ed.17920040517</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>230</b>
PAISAGEM COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE RISCO NA ZONA NORTE DE RECIFE – PE	
Silvana Paula Soares	
Rodrigo Dutra-Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.17920040518</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>245</b>
O CONFLITO SÍRIO COMO RESULTADO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL: PODER POLÍTICO E SECTARISMO RELIGIOSO	
Leonardo Johas Petrocelli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.17920040519</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>254</b>
OS VÍNCULOS DO CORPO E DA MENTE: O DIVINO, O SAGRADO E O PROFANO E SUAS RELAÇÕES COM OS RITUAIS AFRICANOS EM PAÍSES DO MERCOSUL	
Ivete Maria Soares Ramirez Ramirez	
Maurício Ribeiro da Silva	
Cristina Vieira Barbosa, pedagoga	
Gabrielle Pellucio De Felice Lenci	
<b>DOI 10.22533/at.ed.17920040520</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>258</b>
A REGIÃO NO NORDESTE BRASILEIRO : DIALÓGOS COM GILBERTO FREYRE	
Marina Loureiro Medeiros	
Rodrigo Dutra Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.17920040521</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>269</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>270</b>

## DINÂMICA TERRITORIAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO RECÔNCAVO BAIANO

*Data de aceite: 13/04/2020*

**Alessandra Oliveira Teles**

Professora Adjunta da UEFS / aoteles@uefs.br

**Wodis Kleber Oliveira Araújo**

Professor Adjunto da UEFS / wkoaraujo@uefs.br

### 1 | INTRODUÇÃO

Notamos as modificações socioeconômicas com repercussões na dinâmica espacial do Recôncavo Baiano. Neste momento, voltamo-nos para a análise dos municípios de Amélia Rodrigues e Santo Amaro (BA) escolhidos para a realização dessa pesquisa por apresentarem significativa área plantada de cana-de-açúcar. O tema proposto na pesquisa, da qual este texto é resultado, indica para a perspectiva de serem estudadas duas categorias de análise: território e reestruturação produtiva.

O objetivo geral é analisar a dinâmica espacial e temporal de uma parte do Recôncavo Baiano. Os objetivos específicos estão divididos: (a) analisar a dinâmica territorial do Recôncavo através da sua espacialidade e temporalidade; (b) identificar

as atividades econômicas que permitiram o apogeu e o declínio dessa região ao longo do tempo; (c) estabelecer as mudanças espaciais e sua participação na expansão e retração da influência do Recôncavo Baiano sobre outras regiões, como por exemplo, o semiárido.

As informações técnicas necessárias para a concretização desse artigo foram coletadas em fontes primárias e secundárias de grande relevância para a ampliação da informação e do conhecimento. As fontes primárias foram organizadas – basicamente – através da coleta e tabulação de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos Econômicos (SEI), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dentre outros. Quanto as fontes secundárias, organizamos as informações bibliográficas através das obras de Brandão (1998), Elias (2005 e 2006), Santos (2008 e 1994), Prado Júnior (2004), onde foram abordados conceitos e discussões associadas a realidade do local estudado.

### 2 | OS CONCEITOS

A dinâmica do espaço geográfico leva ao constante estudo de seus conceitos-chaves

para a validação de seu uso. A análise geográfica pretendida nesse trabalho tem como conceito central o território, pois na breve análise realizada até o presente momento, percebemos ser este o que melhor auxilia na resposta da problemática por nós levantada, norteando nossa discussão teórico-conceitual. Porém, não podemos utilizá-lo desvinculado dos demais, uma vez que a análise do Recôncavo Baiano, no recorte estabelecido, encontra-se associado, principalmente, a discussão espaço-tempo, nos motivando a iniciar por este conceito.

“A organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo” (CORRÊA, 1996, p. 60). Exatamente como acontece no Recôncavo Baiano, onde o capital determina o estabelecimento das atividades produtivas, ao longo do tempo, de acordo ao que acontece na conjuntura econômica internacional. O espaço geográfico é o reflexo da sociedade – e como tal – recebe influências diversas, como escreve Santos (2008, p 55):

Os movimentos da totalidade social modificando as relações entre os componentes da sociedade, alteram os processos, incitam a novas funções. Do mesmo modo, as formas geográficas se alteram ou mudam de valor, e o espaço se modifica para atender as transformações da sociedade.

Essa discussão de Milton Santos ratifica a proposta deste estudo, pois o que ocorre no Recôncavo é resultado da transformação social no espaço, utilizando novas funções para alterar processos com intensa repercussão nas velhas e atuais estruturas, tendo como principal agente, a sociedade daquele dado momento.

Pela constante transformação social, considerando o homem como ser mutável e passível de influências, as mais diversas (políticas, econômicas, religiosas, culturais, principalmente), associado ao momento histórico em que acontece, o espaço vai conjuntamente sofrendo influências e modificações, afinal, o espaço geográfico resulta dessa relação. Assim, escreve Corrêa (1995, p. 35):

As práticas espaciais são ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução.

Corrêa (1996, p. 251) destaca que o conceito de território pode ser analisado sob diferentes perspectivas; deve-se considerar a apropriação da terra – tanto por instituições legitimadas no controle e organização de um espaço delimitado por fronteiras – como através da relação afetiva, condicionadas pelas diferentes práticas, sentidos, simbolismos, associados a determinados lugares. Com isso, cria-se a territorialidade, segundo esse mesmo autor, podemos defini-la como “[...] um conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social [...]” (p. 251-252).

As ações públicas e privadas que se realizam sobre o território brasileiro (e nos municípios de Amélia Rodrigues e Santo Amaro não é diferente), criam e recriam constantemente novas dimensões para seu crescimento e desenvolvimento socioeconômico. As relações de poder que esses exercem permitem-nos apontar o conceito de território como o de maior valia para explicar a organização, gestão e reestruturação do espaço estudado, como escreve Andrade (1995, p. 19): “[...] deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer o poder de grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais [...]”.

As modificações espaciais e sua participação na expansão e retração da influência do Recôncavo Baiano sobre outras regiões, como por exemplo, o semi-árido demonstra seu significado e importância geohistórica na estrutura produtiva e econômica do estado da Bahia, bem como, a inserção de elementos do meio técnico-científico-informacional nos setores que movimentam a economia do Estado e desse espaço, em especial, os municípios de Amélia Rodrigues e Santo Amaro.

A globalização da economia não é algo novo, basta uma leitura atenta de História Econômica do Brasil (2004) no qual Caio Prado Júnior detalha a organização produtiva brasileira através de seus principais ciclos econômicos para notarmos que – ao longo do tempo – os diversos setores da economia (e não só a indústria como alguns enfatizam) vem passando por grande reestruturação produtiva. O que notamos, refere-se a intensidade do uso de tecnologias, métodos científicos associados ao capital que vem intensamente relativizando os fatores locais, em nome de ligações reticulares cada vez mais exógenas e pontuais, bem como, intensas modificações nas relações de trabalho.

A crise do capital, a partir de meados da década de 1970, leva a uma reestruturação produtiva que repercute intensamente no mundo do trabalho organizado até aquele momento. Segundo Alves (2007, p. 155):

[...] o novo complexo de reestruturação produtiva surge no interior da III Revolução Industrial, o que impulsionou a revolução tecnológica da microeletrônica e das redes telemáticas e informacionais; e sob a mundialização do capital e do sócio metabolismo da barbárie com a constituição do precário mundo do trabalho.

No Brasil, os reflexos dessas modificações tecnológicas perante o capital, a produção e o trabalho ganham destaque com a modernização conservadora a partir da década de 1960, onde o Estado, com vultosos investimentos e intervenção direta no aparato produtivo, procurou colocar o país entre as principais potências econômicas da época (BECKER; EGLER, 1993).

As atividades presentes no Recôncavo Baiano demonstram as mudanças no processo produtivo e a reestruturação dos setores econômicos, repercutindo

diretamente nesse espaço. O meio técnico-científico-informacional proposto por Milton Santos (2008) reorganiza todos os setores produtivos, criando meios para o capital produzir e reproduzir lucro nos diversos segmentos, inclusive promovendo locais com concentração de mão-de-obra servindo de exército de reserva para as atividades a serem realizadas.

Segundo Elias (2006) a agropecuária comercial não é novidade no Brasil, desde a colônia esta é promovida no país; o grande diferencial a considerar na discussão deve-se a região do Recôncavo – grande produtor de açúcar em tempos pretéritos – absorver o grande conjunto de inovações, ao longo do tempo, e passar por uma reestruturação a partir da passagem dos engenhos e engenhocas reais para usinas de açúcar e álcool, emprego de máquinas e insumos e uma série de itens da atividade industrial, levando a transformação na divisão territorial do trabalho.

O Recôncavo com seus espaços delimitados em zonas específicas e características particulares - que as distinguem – sofrem uma nova organização, de modo a absorver tanto as inovações técnicas como os novos modos de produção e consumo. A reestruturação produtiva do Recôncavo é feita – inclusive - a partir das empresas agropecuárias representadas pelas usinas que passam a produzir no lugar dos engenhos, aos novos segmentos ligados a petroquímica trazendo consigo um novo arranjo produtivo totalmente exógeno, especialmente em termos de absorção de mão-de-obra local e aplicação dos lucros obtidos com a exploração dos recursos.

Percebe-se a situação do Recôncavo associada a discussão de Santos e Silveira (2004), pois a inserção desse território no processo de descentralização industrial do Sudeste, alinhado aos interesses do mercado mundial faz com que regiões percam não só o comando de suas atividades como se desestruturem para atender a ordem vinda de cima e de fora.

A reestruturação do Recôncavo Baiano ocorre de modo seletivo espacialmente, uma vez que as atividades que se tornaram determinantes – químicos e petroquímicos – rapidamente se estabeleceram em partes dessa região propícias a propagação das inovações técnicas, produção e exportação destas, reforçando os desequilíbrios no crescimento e desenvolvimento econômico, além de acentuar a histórica desigualdade socioeconômica nas sub-regiões que compõem a referida área.

### **3 | O RECÔNCAVO BAIANO**

Pensar no território brasileiro - e baiano – leva-nos a caracterizar sua construção, enquanto espaço produtivo, atrelado a conjuntura internacional e seus rebatimentos internos, sobretudo na formação de um cenário estadual, como é o exemplo baiano, no qual as particularidades forjadas nesse espaço lhe darão uma conotação de uma regionalidade com repercussão numa identidade singular.

Segundo Silva et al (2004, p. 12) o estado da Bahia tem dimensões territoriais proporcionais a muitos países, sua localização geográfica lhe favorece duplamente, pois tanto pode estabelecer relações comerciais marítimas (especialmente com o mercado internacional), como lhe possibilita uma integração continental. Das diversas mesorregiões que são estabelecidas no estado, ao longo de sua ocupação histórica e desenvolvimento socioeconômico, o Recôncavo delinea-se como a mais antiga, tradicional e organizada dentro do estado.

O Recôncavo Baiano representa um espaço de grandes realizações produtivas ao longo do tempo, sua análise possibilita a discussão de conceitos e categorias que justificam estudá-lo mais profundamente. Por ser uma das áreas mais antigas do estado da Bahia, a relação homem-ambiente remonta ao período colonial, na qual as primeiras atividades econômicas vão configurar espacialidades diferenciadas daquelas desenvolvidas pelos habitantes que aqui se encontravam, delimitando um novo processo produtivo, estabelecendo outras territorialidades.

Foi um dos primeiros espaços territorializados pelos portugueses e economicamente organizados, apresentando, ao longo das décadas seguintes, uma intensa modificação espacial, criando um perfil socioeconômico diferenciado das colônias implantadas pelos portugueses em outras regiões do planeta, e mesmo, dentro do espaço que futuramente tornar-se-á a federação brasileira. O mesmo configurou-se – por muito tempo – a hegemonia produtiva da colônia, representada pela atividade açucareira.

A estruturação político-econômica refletirá no território forjado a partir do ciclo da cana-de-açúcar, este consolidará um Recôncavo produtivo, subdividido em zonas, porém dependente em alimentos e força motriz da região semiárida, coadjuvante na consolidação da zona produtora açucareira.

Sendo organizada ainda no período das capitânicas hereditárias, no apogeu do ciclo da cana-de-açúcar foi a região mais importante da colônia – e de intensa ligação com a Metrópole. Toda a região de solo favorável ao plantio foi viabilizada, e mesmo, obrigado por lei, a ser cedida a esta atividade (CARVALHO, 1958), criando uma dinâmica econômica e populacional singular no entorno da Baía de Todos os Santos.

Ao explorar as diversas leituras que tratam do referido espaço, nota-se que as discussões estão voltadas, principalmente, para os elementos sociais e culturais, o aspecto fisiográfico apesar de fundamental para o estabelecimento das demais estruturas ficou condicionada a uma posição secundária, tal situação pode ser ratificada por todos aqueles que discutem e procuram definir o Recôncavo Baiano, assim utilizamos o trabalho realizado por Santos (1959 apud BRANDÃO, 1988, p.62) para validar nossa proposta: “... o Recôncavo foi sempre mais um conceito histórico que mesmo uma unidade fisiográfica”.

Assim, o Recôncavo Baiano tem seu espaço forjado sob as condições econômicas, sociais e culturais das populações que aqui vão interagir ao longo do tempo, tanto que Brito (2004, p. 45) afirma: “Toma-se aqui como Recôncavo Baiano o espaço geográfico diretamente associado aos aspectos econômicos, sociais e culturais que evoluíram sob as influências da tradição da economia açucareira e de suas respectivas atividade acessórias [...]”.

Essas atividades, predominantemente agroexportadoras, criaram toda uma dinâmica para essa região, configurando-se de forma diferenciada a cada subespaço. Conforme Brito, baseado em estudos anteriores: “[...] o Recôncavo é formado por 22 municípios que se distribuem no entorno da Baía de Todos os Santos e se estende por um raio de cerca de 100 km, a partir da cidade de Salvador (2004, p. 45). Para este estudo nos deteremos aos municípios de Amélia Rodrigues (fora do espaço fisiográfico do Recôncavo, porém com expressiva atividade açucareira nos dias atuais) e Santo Amaro.

Estudar a territorialidade da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano permite compreender como dois conceitos: território e tempo favoreceram (ou permitiram) esta região permanecer, nos dias atuais, com núcleos produtores de açúcar, apresentar vestígios dos antigos engenhos coloniais, e em algumas situações, transformar-se diante da reorganização espacial que aí se estabeleceu.

Desse modo, a dinâmica dessa parte do Recôncavo Baiano, no qual, coexistem, aspectos tradicionais do período colonial açucareiro e suas modificações na dimensão das propriedades; a estrutura empresarial, a organização dos meios de produção, a relação com o mercado consumidor, a delimitação territorial e as relações identitárias – principalmente da população trabalhadora – com esse espaço.

A evolução da sua organização socioeconômica atrelada à posição geográfica e relevância do açúcar no mercado internacional, transformaram o Recôncavo Baiano numa região de elevada importância. Organizando-se a partir do processo produtivo açucareiro estabelecido nos engenhos, nos primeiros séculos, para em seguida ser realizado pelas usinas de açúcar e álcool, adquirindo relevância interna e principalmente externa, uma vez que a grande preocupação na produção nacional foi sempre atender o mercado externo, especialmente, a Europa.

Nestas circunstâncias, ratificamos o Recôncavo Baiano no contexto regional, nacional e internacional, com grande importância econômica, por ser o principal produtor açucareiro e estabelecer relações de trabalho e poder como poucas. Considere-se, nessas circunstâncias, a sua posição geográfico-estratégica, por possuir possibilidades de contato com o exterior – através do oceano -, sua área de produção está no entorno da baía; bem como, com o interior do continente através da rede fluvial presente, que conjuntamente com os caminhos e trilhas formavam uma densa rede de circulação e comunicação.

Observa-se a grande importância da zona do açúcar, a subárea do Recôncavo no qual essa atividade foi predominante, e hoje, mesmo com a redução da atividade açucareira, encontram-se ainda laços identitários da população com esse território que permitem visualizar as marcas das relações sociais passadas. Com isso, nota-se a influência desses elementos na organização espacial formando mais que territórios, estabelecendo uma profunda e dinâmica territorialidade. O Recôncavo Baiano, onde se materializam tais relações, detém a característica de ser uma região intensa, com atividades diversas, em faixas ou subáreas distintas, sobrevivendo de modo complementar e uno.

As transformações da zona açucareira, permitiram a região permanecer e se transformar, passar de engenhos coloniais à usinas, modificar suas relações de produção e criar laços identitários de tal modo que ainda se configurou como relevante dentro do estado da Bahia, pois funcionando como um relevante núcleo socioeconômico, estrutura um território amplo, com possibilidades de análise de espaços tradicionais e modernos, funcionando paralelamente.

Segundo Prado Jr. (2004) a decadência da atividade açucareira, resultante de sucessivos períodos de crise, associados a modernização do processo técnico-científico da produção açucareira, além dos subsídios e incentivos a atividade, por parte de antigos consumidores em larga escala, como por exemplo, Europa e Estados Unidos, faz com que no Brasil os produtores que até então visavam o mercado externo voltem-se para o abastecimento interno, porém, mesmo para isso, é necessário uma transformação/modernização do processo produtivo. Ocorre uma significativa redução da área plantada, falência de engenhos, surgimento de usinas e atividades produtoras como a extração petrolífera, estabelecimento de plantas industriais, entre outras.

Todos os autores afirmam que a configuração territorial do Recôncavo está atrelada ao seu processo de formação socioeconômica cujas bases foram assentadas num modelo complexo e contínuo, porém muito bem articulado, através da conjuntura internacional que estabeleceu desde o início os moldes, nos quais, essa região, que representava o território brasileiro deveria se desenvolver, fator esse que foi consolidado e repercutirá na formação de subáreas distintas entre si, como escreve Costa Pinto (1959 apud BRANDÃO 1998, p.108/109) e pontuaremos aqui: Zona da pesca e do saveiro; açúcar; fumo; agricultura de subsistência, petróleo; urbana de Salvador. Onde, ainda, segundo o autor acima, as quatro primeiras são as que mais guardam elementos tradicionais da identidade com o Recôncavo; no caso das zonas do petróleo e urbana de Salvador, foram modernizadas a partir das novas configurações advindas da descoberta do petróleo e modernização a partir das plantas industriais que para aí se dirigiram. A descoberta e exploração do petróleo vão desestruturar o modelo de produção tradicional-secular, que ainda

tenta sobreviver, e criar uma nova organização econômica para a região.

Maria Brandão (2007) ratifica a existência de vários Recôncavos, concordando inclusive com a discussão de Brito, de que essa é uma região onde os aspectos econômicos, sociais e culturais evoluíram de modo embaralhado, porém, a evolução territorial municipal atual revela que existem cerca de 40 municípios nessa área: Amélia Rodrigues e Santo Amaro são alguns desses. Os que hoje integram a Região Metropolitana de Salvador (Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz) foram considerados parte do Recôncavo até a criação desta.

Repartição do território, como a criação da Região Metropolitana de Salvador é um dos exemplos para a transformação desse espaço (Brandão, 1998). O Recôncavo “da Petrobrás”, como escreve Brito (2004), a produção petrolífera muda a organização dos espaços onde se instala e retira dos seus habitantes a identidade, economia e território, ficando estes à margem do processo produtivo que aí se instala. O da cana-de-açúcar entra em decadência, as áreas que ainda produzem estão cada vez mais reduzidas.

Os dados governamentais demonstram que as atividades que substituíram a produção de açúcar foram a indústria de químicos e petroquímicos, a população nos municípios pesquisados tem sobrevivido das atividades relacionadas a administração pública (principalmente prefeituras), comércio e serviços.

Nos municípios de Amélia Rodrigues e Santo Amaro a cana-de-açúcar é a principal lavoura cultivada, demonstrando a relevância que ainda tem, mesmo passando por duras crises e reestruturação da sua produção na região do Recôncavo Baiano. É importante referência, principalmente para a classe trabalhadora, pois se identifica e diferencia-se das demais regiões do Estado, como por exemplo, do semiárido – quente e seco -; ser do Recôncavo é ter uma identidade com as raízes históricas, mês estando muito distantes da realidade contemporânea há um certo determinismo geográfico considerando a umidade proveniente do mar e a regularidade das chuvas.

O estado da Bahia é o pioneiro no processo de produção açucareira, sendo o principal responsável pelo abastecimento do mercado internacional, representado especialmente pela Europa. Destaca-se, pontualmente, fatos e dados que demonstram essa situação. Segundo Caio Prado Júnior (2004, p. 32):

Já se conhecia o bastante do Brasil para esperar que nele a cana-de-açúcar dar-se-ia bem. O clima quente e úmido da costa ser-lhe-ia altamente favorável; [...] estas perspectivas seriam amplamente confirmadas; o único fator ainda ignorado antes da tentativa, a qualidade do solo, revelar-se-ia surpreendentemente propício, em alguns pontos pelo menos da extensa costa. Foi o caso, particularmente do extremo nordeste, na planície litorânea hoje ocupada pelo Estado de Pernambuco; e do contorno da baía de Todos os Santos (o Recôncavo Baiano, como seria

chamado). Não seriam aliás os únicos: de uma forma geral, toda a costa brasileira presta-se ao cultivo da cana-de-açúcar.

Isso faz do Brasil um dos líderes na produção açucareira, no período colonial, tendo o mercado externo e a ocupação das terras litorâneas como seus pontos fortes para a atividade. Porém, a evolução socioeconômica mundial e brasileira demonstra o perigo de uma economia baseada na monocultura, de grande volume produtivo e voltada basicamente para a exportação, pois no período republicano, com a perda dos mercados externos.

Após sucessivas crises, o Brasil retoma o cultivo da cana-de-açúcar, entre 1990 e 2010 ganha espaço em outras regiões. No período atual é possível visualizar o seguinte cenário: a nível nacional a produção teve um crescimento significativo, passando de pouco mais de 262 milhões de toneladas para mais de 717 milhões. Entre as regiões é possível perceber que o Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste tiveram um aumento extraordinário, com destaque para o Sudeste onde a quantidade produzida se elevou de 162.444.052 para 498.884.505 toneladas. Já o Nordeste, tradicional e histórico na produção de cana-de-açúcar teve sua produção reduzida de 71.698.378 para 68.789.726 toneladas com números ainda inferiores no intervalo entre 1990 e 2010.

#### **4 | AMÉLIA RODRIGUES**

Conforme informações do IBGE (2011) o atual município de Amélia Rodrigues fez parte da sesmaria dos irmãos Luiz Vaz e Manoel Nunes Paiva, doada em 1609 pelo governador do Brasil no período – Dom Diego de Menezes. O mosteiro de São Bento da Cidade de Salvador recebeu tais terras através de testamento, em 1622, onde construíram o engenho de São Bento de Inhatá, através desse engenho tornou-se o primeiro ponto povoado da região.

Em 1702, no local denominado Marucá, onde hoje se localiza a sede municipal, edificou-se a capela de Nossa Senhora da Lapa, formando-se o povoado Lapa, este se desenvolveu com base no cultivo da cana-de-açúcar. Em 1936 o arraial passou a sede de distrito integrante do município de Santo Amaro. Em 1944 seu nome foi modificado para Traripe, e em 1961 para Amélia Rodrigues em homenagem a educadora e poetisa ali nascida.

Distrito criado com a denominação de Lapa pela Lei Estadual nº 146, de 01/12/1937 subordinado ao município de Santo Amaro. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 141, de 31/12/1943 retificado pelo Decreto Estadual nº 12978 de 01/06/1944, o Distrito de Lapa tomou a denominação de Traripe. Elevado a categoria de município com a denominação de Amélia Rodrigues, pela Lei Estadual nº 1533, de 20/10/1961,

desmembrado de Santo Amaro. Considerando a origem dos municípios baianos, desde 1549 com Salvador, e a evolução dos desmembramentos desde o século XVI, Amélia Rodrigues é um município novo.

Seus distritos são: Amélia Rodrigues (sede), Inhatá e Mata da Aliança. Limites Intermunicipais: Conceição do Jacuípe, Santo Amaro, São Sebastião do Passé e Terra Nova. Quanto a regionalização está classificada do seguinte modo: IBGE – Mesorregião Metropolitana de Salvador e Microrregião de Catu; Região Econômica: (07) Paraguaçu; Região Administrativa: (02) Feira de Santana; Eixo de Desenvolvimento: Grande Recôncavo e Território de Identidade (19) Portal do Sertão.

Possui uma área de 124,08 quilômetros quadrados, está a 217 metros de altitude e distante da capital 84 quilômetros. Amélia Rodrigues localiza-se as margens da BR-324, situada aproximadamente a 80 km da capital, Salvador, em termos biogeográficos situa-se numa faixa denominada agreste, transição entre a zona da mata e o sertão, onde, também podem ser encontrados solos férteis, sendo esses uns dos motivos para instalação da produção de cana-de-açúcar, já que o mesmo depende dessas condições para ter êxito na qualidade do produto.

Em 2010, a população chega a mais de 25 mil habitantes, sendo que a concentração populacional fica no perímetro urbano. A análise da população entre 1970 e 2010 demonstra a predominância no espaço urbano do município. Em relação ao pessoal ocupado percebe-se que a indústria de transformação teve um acentuado decréscimo no período compreendido entre 2005 e 2008, com uma diminuição bastante elevada de pessoal ocupado conforme a tabela 4. As informações adquiridas com um dos representantes da associação de moradores do município e ex-funcionário da Usina Aliança, instalada no Distrito de Mata da Aliança e produtora de açúcar revelou que a usina teve uma redução no volume produzido e ao longo dos anos vem dispensando seus funcionários.

A atividade agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca foi a que teve maior acréscimo de pessoas ocupadas, seguida da administração pública que mantém um número constante de pessoas ocupadas. Os serviços também passam a ganhar contingente populacional desenvolvendo atividades, enquanto o comércio mantém uma estabilidade em relação ao número de pessoas ocupadas.

Um fato que se faz necessário destacar deve-se a posição geográfica do município, por estar situada entre a Região Metropolitana de Salvador e o município de Feira de Santana, cortada pela BR-324, muitas pessoas do próprio município procuram ocupação nestes lugares, pois a mobilidade facilitada pelo fluxo de transporte que transita pela referida BR permite a processo de migração pendular.

Quanto a produção agrícola, nota-se que entre os cultivos que mais de destacam estão a cana-de-açúcar, o coco-da-baía, a laranja, a mandioca e o maracujá.

A produção de maior destaque é a cana-de-açúcar, a explicação que melhor se adéqua deve-se ao fato de seu cultivo atender a demanda da usina, mesmo com redução na produção, a atividade de produção de açúcar ainda existe, porém com uma diminuição considerável da produção ao longo dos últimos anos.

O cultivo de coco-da-baía, laranja e maracujá demonstram a inserção desses na atividade comercial e importante fonte de renda para os produtores que passam a atender um mercado com demanda para o consumo dessas frutas. Quanto a mandioca, deve-se esclarecer que este é um relevante cultivo de subsistência e faz parte da base alimentar da população nordestina.

Em relação ao desenvolvimento social, escolhemos os dados referentes ao Programa Bolsa Família. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, este “é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país.” (MDS, 2001). Segundo o Ministério, a intenção do governo é atuar entre os 16 milhões de brasileiros que contam com uma renda familiar igual ou inferior a R\$ 70,00 por membro, garantindo outros benefícios sociais como inclusão produtiva e acesso a serviços públicos como educação e saúde. A gestão do programa foi instituída pela Lei 10.836/2004 e regulamentada pelo Decreto nº 5.209/2004, é descentralizada e compartilhada entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

Os dados demonstram a situação das famílias no município de Amélia Rodrigues, do total da população 18,16% estão cadastradas; 15,69% se enquadram no perfil do Bolsa Família; 17,71% no perfil do Cadastro Único e 11,83% são beneficiadas com o Programa. Tais dados revelam que mesmo com um quadro crescente de pessoal ocupado, com atividades elevando o número de trabalhadores como é o caso da agricultura, isso não reflete em renda para as famílias e o número de pessoas que necessitam de auxílio para sobreviver, em termos percentuais ainda é elevado.

## 5 | SANTO AMARO

De acordo com as informações do IBGE (2011) o município de Santo Amaro teve como primeiros habitantes os índios Abatirás, supostamente uma ramificação dos Aimorés. As primeiras doações de sesmarias ocorreram por volta de 1557, com destaque para o major João Ferreira de Araújo e componentes da família Dias Adorno. Também há relatos que antes disso, jesuítas do Colégio Santo Antão de Lisboa tinham se fixado um pouco abaixo das terras doadas aos Adorno, fundando uma capela em devoção a Nossa Senhora do Rosário, por conta de conflitos que levaram ao assassinato de um jesuíta, a capela foi interditada e abandonada.

Meia légua (seis quilômetros aproximadamente) acima da confluência dos rios Sergi-mirim e Subaé – em terras do Conde de Linhares – fundou-se uma igreja no

lugar denominado Santo Amaro, por já existir uma capela sob a invocação desse santo. Junto a essa capela, já existia um pequeno núcleo de colonos, posteriormente, houve a criação da freguesia. No século XVII, intensificou-se a concessão de sesmarias e conseqüentemente a colonização.

Conforme a legislação político-administrativa, a lei de criação do município deu-se a partir da Provisão Régia de 09 de fevereiro de 1725; em 05 de janeiro de 1727 instalou-se a vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro. A sede municipal recebeu foros de Cidade através da Lei Provincial nº 43, de 13 de março de 1837 e a Comarca foi criada pela Resolução do Conselho do Governo em 09 de maio de 1833. A lei vigente sobre o município de Santo Amaro é a de nº 628, de 30 de dezembro de 1953 publicada no Diário Oficial do Estado de 17 de fevereiro de 1954.

As informações organizadas pela SEI, em relação a regionalização do município de Santo Amaro classificam como mesorregião geográfica Metropolitana de Salvador; microrregião geográfica de Santo Antônio de Jesus; região econômica Recôncavo Sul. O município é constituído por Santo Amaro (sede), os distritos de Acupe e Campinhos. Tem como limites intermunicipais: Amélia Rodrigues, Cachoeira, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campo e Saubara.

Com uma área de 518, 26 quilômetros quadrados, numa altitude de 42 metros em relação ao nível do mar, está a 75 quilômetros da capital Salvador. Possui um tipo climático definido como úmido, onde o período chuvoso compreende-se entre os meses de abril a julho e pluviosidade anual em torno de 1.687mm o que lhe proporciona características particulares sobretudo para o desenvolvimento da atividade agropecuária.

Os dados relacionados a evolução da população urbana em Santo Amaro, no período compreendido entre 1950 e 2010, demonstram que entre as décadas de 1950 e 1960 sofreu um acréscimo relevante com uma brusca diminuição no período seguinte, 1970, nesse período, sofreu sucessivos desmembramentos que deram origem a outros municípios como Amélia Rodrigues, Teodoro Sampaio e Terra Nova. A partir da década de 1980 até 2010, a população no município praticamente se estabiliza.

Com base nos dados sobre pessoal ocupado, nota-se que a predominância, por setor de atividade econômica, no município de Santo Amaro, entre 2005 e 2008, destaca a administração pública, seguido dos serviços e comércio – que ao longo do período revezam-se entre o 2º e o 3º lugares – a população ligada a atividade industrial ocupa o quarto lugar, considerando a população residente, mostra-se pouco expressivo.

De acordo as informações organizadas pela SEI, com base nos dados Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Secretaria da Fazenda da Bahia (SEFAZ-BA), as

arrecadações municipal e estadual, bem como as transferências constitucionais realizadas pelo Estado e União, entre 2005 e 2008 demonstram vultosas somas que tiveram expressivo crescimento. O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) que quase dobrou sua arrecadação nesse período; o Imposto Sobre Serviços (ISS) que após uma considerável diminuição entre 2006 e 2007 voltou a apresentar resultados positivos em 2008. Outro destaque refere-se as transferências realizadas pela União – que sofreu uma elevação de 57% num intervalo de quatro anos.

O destaque para esses números refere-se a dois outros itens que precisam ser discutidos: a agricultura e a presença de famílias cadastradas no programa Bolsa Família. Em relação a produção agrícola, a razão para tal escolha, refere-se ao entendimento de que o produto de maior destaque é a cana-de-açúcar para atender a demanda das usinas que ainda se fazem presentes na região com forte atividade. Lembrando que o município está assentado numa área que no passado foi de intensa atividade açucareira, sua retração não promoveu a extinção do cultivo.

O segundo destaque refere-se ao cultivo da mandioca, expressivo cultivo de subsistência, intensamente presente no cotidiano popular, ao mesmo tempo, o feijão e o milho também fazem parte da alimentação popular não encontra, nessa região, produção expressiva. Uma das explicações para esse pequeno cultivo é discutido tanto por Prado Júnior (2004) como por Almeida (1977), essas eram atividades acessórias e realizadas nas regiões agreste e semiárida próximas (Feira de Santana, Santa Bárbara, Santo Estevão, entre outros).

Outro item de grande relevância é o Programa Bolsa Família, o nosso destaque trata da situação que a região do Recôncavo vem passando, em particular, o município de Santo Amaro. Com o passar dos anos, diversas mudanças na estrutura produtiva ocorreram não havendo, ao mesmo tempo, inserção da população economicamente ativa nos novos postos de trabalho que foram gerados. Percebe-se que a reestruturação produtiva do espaço não inseriu a população nos quadros de emprego e renda, continuando parcelas significativas compondo a heterogeneidade do espaço, onde o modelo produtivo exógeno é determinante na dinâmica espacial e socioeconômica do Recôncavo Baiano.

Pelo número da população total e o número de famílias cadastradas percebe-se que um grande contingente se enquadra no Programa. Os dados demonstram a situação no município de Santo Amaro, do total da população 19,81% estão cadastradas; 16,41% se enquadram no perfil do Bolsa Família; 19,18% no perfil do Cadastro Único e 12,76% são beneficiadas com o Programa demonstrando que as atividades econômicas desenvolvidas no município não absorvem de maneira satisfatória a população para que saiam da situação de pobreza.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Recôncavo Baiano passou por intensas modificações na sua estrutura produtiva. O primeiro destaque a considerar refere-se a esse espaço não ser homogêneo, onde as suas diferenciações vão delimitar municípios com estruturas socioeconômicas diferenciadas.

No caso particular de Santo Amaro, notou-se que seu processo histórico esteve ligado a agricultura voltada para a produção de cana-de-açúcar, com o declínio dessa atividade houve um retrocesso que permitiu a inserção de outras atividades com o destaque para a administração pública, o comércio e os serviços. Quanto a agricultura, a cana-de-açúcar ainda é o principal cultivo do município, demonstrando a sua relevância na região, principalmente para atender a demanda das usinas de açúcar e álcool que veem, agora, na produção de biocombustíveis mais um mercado para se consolidarem.

Para a população as modificações econômicas e sua dinâmica territorial ainda não promovem maior oportunidade de trabalho e renda ou mesmo uma distribuição de renda mais justa, uma vez que o número de famílias cadastradas e beneficiadas pelo Programa Bolsa Família revela a existência de uma significativa parcela da população desse município em situação de pobreza.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rômulo B. **Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio**. Revista Planejamento. Salvador, n. 5, v. 4, out-dez, p. 19-54, 1977.
- ANDRADE, Manuel. C. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo-Recife: HUCITEC-IPESPE, 1995.
- ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2 ed., Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.
- BRANDÃO, Maria de A. (Org.) **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.
- BRITO, Cristovão de C. da T. **A Petrobrás e a Gestão do Território no Recôncavo Baiano**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Tese (Doutorado).
- CARVALHO, Ana D. Feira de Santana e o comércio do gado. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 28, mar. 1958.
- CORRÊA, Roberto L. **Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1996. Série Princípios.
- ELIAS, Denise. Redes Agroindustriais e Produção do Espaço Urbano no Brasil Agrícola. In: SILVA, José Borzachiello; LIMA, Luiz C.; ELIAS, Denise. (Org.) **Panorama da Geografia Brasileira I**. São

Paulo: Annablume, 2006.

ELIAS, Denise. **Reestruturação Produtiva da Agropecuária e Novas Dinâmicas Territoriais: a cidade do campo.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades.** Histórico. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> Acesso em 18 de setembro de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Produção Agrícola Municipal 2009.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>. Acesso em: 01 Jun. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADA. **Distribuição da População por município e período.** Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 16 de setembro de 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2004. (46 reimpressão da 1 edição de 1945).

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4 ed., São Paulo: EDUSP, 2008. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI.** 6 ed, São Paulo: HUCITEC, 2004.

SANTOS, Milton. A Rede Urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo. (Org.) **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição.** Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo – Globalização e Meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

SILVA, Barbara-Christine. N. (et al) **Atlas Escolar Bahia: espaço geo-histórico e cultural.** 2 ed., João Pessoa: Grafset, 2004.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS. **Estatísticas dos Municípios Baianos.** Volume 12. Salvador: SEI, 2010. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso e 18 de agosto de 2011.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS. **Estatísticas dos Municípios Baianos.** Volume 13. Salvador: SEI, 2010. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso e 18 de agosto de 2011.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ação pedagógica 15, 17, 18

Amapá 189, 190, 191, 197, 198, 201, 203, 204, 207, 208

Arroz 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70

Atlas 37, 38, 39, 48, 49, 86, 127, 134, 136, 183, 187, 218, 253, 269

### B

Beneficiamento 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70

### C

Campanha gaúcha 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Cartografia tátil 1, 2, 3, 4, 13, 14

Cidadania 15, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 123, 127, 129, 131, 136, 193, 215, 236

Cidades-gêmeas 189, 191, 192, 193, 200, 201, 202, 207

Comércio 57, 79, 81, 83, 85, 108, 109, 111, 114, 116, 163

Conhecimentos geográficos 15, 17, 18, 26, 27, 243

### D

Democracia 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135

Diversidade 15, 17, 19, 25, 26, 27, 33, 39, 40, 50, 52, 55, 60, 94, 101, 200, 243, 260, 268

Docente 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 87, 108, 168

### E

Empresas de publicidade 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Engenhos 75, 77, 78, 137, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 150, 151

Ensino de geografia 1, 13, 16, 29, 35, 36, 243, 269

Estágio supervisionado 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

### F

Feminicídio 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

Fronteira franco-brasileira 189, 199, 201, 206

### G

Gênero 54, 94, 174, 209, 210, 212, 213, 217, 218

Geografia agrária 37, 269

Gestão empresarial 179

Gestão urbana 120, 121, 122, 127, 131, 160, 168, 169, 171, 177

## I

Influência 72, 74, 78, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 164, 180, 185, 197, 200, 262, 263, 265

Interior 55, 56, 57, 61, 62, 74, 77, 121, 132, 140, 194, 265

## M

Mapas táteis 1, 3, 4, 12

Materiais 1, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 39, 53, 58, 73, 152, 153, 155, 156, 158, 162, 190, 195, 231, 245, 246

Mocambos 137, 138, 145, 146, 148, 149, 150, 151

Mulher 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

## N

Norte de Minas 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49

## O

Oiapoque 189, 190, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208

## P

Participação 17, 19, 21, 25, 33, 42, 65, 72, 74, 110, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 156, 158, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 184, 220, 228, 231, 236, 242, 245, 269

Planejamento 38, 64, 85, 116, 117, 119, 120, 128, 129, 133, 136, 138, 157, 160, 161, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 188, 202, 219, 220, 221, 224, 228, 229, 234

Plano plurianual 2018–2021 168

Política 53, 57, 59, 63, 67, 69, 95, 96, 107, 110, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 168, 170, 171, 176, 178, 181, 187, 193, 194, 201, 214, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 259

População 24, 44, 53, 55, 59, 63, 64, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 90, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 111, 113, 115, 116, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 142, 146, 148, 161, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 183, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 213, 221, 231, 233, 236, 238, 241, 242, 245, 246, 250, 251, 265

Produção 1, 4, 12, 27, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 89, 113, 118, 119, 128, 131, 135, 140, 142, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 171, 178, 181, 182, 189, 190, 194, 196, 201, 206, 217, 236, 243, 264

Produção do espaço 27, 85, 89, 118, 128, 152, 153, 155, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165,

166, 178, 189, 201, 206, 217, 243

## R

Recife 36, 49, 85, 117, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 165, 166, 183, 230, 231, 232, 236, 237, 238, 240, 243, 244, 258, 259, 261, 263, 264, 267, 268

Rede urbana 86, 109, 110, 117, 118, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 207

Região imediata de Ituiutaba 87, 88, 90, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106

Renda familiar 82, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 96, 97, 104, 105

Renovação urbana 152, 154, 155, 160, 163, 171

R-existência 50, 51, 52, 55, 56

Rincões 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58

RPA-05 137, 138, 140, 151

## S

São Paulo 6, 7, 9, 11, 12, 13, 28, 35, 36, 49, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 85, 86, 107, 117, 118, 119, 127, 134, 135, 136, 138, 141, 142, 151, 154, 166, 167, 178, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 207, 208, 217, 243, 244, 252, 253, 267, 268, 269

Shopping center 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117

Subalternidade 50, 51, 55, 57, 215

Sustentabilidade 15, 17, 19, 25, 27, 168, 170, 177, 219, 220, 224, 229, 235, 243

## T

Território 3, 26, 37, 38, 39, 46, 48, 49, 51, 53, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 85, 86, 110, 123, 127, 131, 135, 137, 140, 145, 154, 164, 167, 171, 183, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 217, 226, 229, 239, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 269

Território-fronteiriço 189

Timon 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119

## V

Valorização das raridades urbanas 152

Violência 40, 54, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 247

Vulnerabilidade social 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 98, 104, 105, 106

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**